



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MANIFESTAÇÃO – COMÍCIO DE APOIO AO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E AO GOVERNO PROVISÓRIO

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL



Camaradas:

Esta grande manifestação-comício das forças democráticas tem lugar depois de uma crise grave na vida política portuguesa, provocada por uma tentativa de forças conservadoras para contrariar e comprometer o caminho para a paz e democracia. A crise mostrou que, nas condições actuais, semelhantes tentativas estão votadas ao fracasso.

Evidenciou que o Movimento das Forças Armadas é uma grande e positiva realidade na vida nacional, uma força de garantia do processo de democratização.

Evidenciou o carácter determinante da unidade do povo com as Forças Armadas, que devemos salvaguardar como um bem precioso e de que este comício é uma brilhante demonstração.

Mostrou que existem condições essenciais que nos permitem afirmar com confiança: apesar das dificuldades e perigos, o curso democrático iniciado pela vitória histórica do 25 de Abril prosseguirá até à realização integral do Programa do Movimento das Forças Armadas, aprovado pelas mais amplas massas populares, no glorioso plebiscito do 1.º de Maio.

Que se desiludam as forças reaccionárias. A história não voltará atrás.

É necessário andar para a frente (e andaremos para a frente, embora num processo irregular, em que serão frequentes avanços e recuos) no caminho da paz, da resolução dos problemas mais urgentes das massas trabalhadoras, da consolidação das liberdades e da instauração de um regime democrático.

É NECESSÁRIO ANDAR PARA A FRENTE NO CAMINHO DA PAZ E DE SOLUÇÃO DO PROBLEMA COLONIAL.

Depois de graves dificuldades, hesitações e perigos (que continuam sem dúvida a existir, mas mitigados) deram-se novos e importantes passos para pôr fim à guerra e para a solução do problema colonial.

Durante muitos anos, o facto de nós, comunistas e outros democratas, defendermos o reconhecimento do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português dava lugar às mais graves acusações e perseguições. Agora, a própria lei constitucional acaba de reconhecer esse direito.

Trata-se de uma mudança histórica na posição oficial de Portugal, que temos razões para apoiar e aplaudir. Mas verdadeiramente histórico será o dia em que um povo submetido ao colonialismo português conquiste, finalmente, a independência e a conquiste não contra a vontade, mas com pleno acordo do próprio povo português. Temos confiança em que a Guiné-Bissau esse dia se aproxima e que será vitoriado em comum pelo povo português e pelo heróico povo da Guiné-Bissau, sob a direcção do PAIGC.

O colonialismo deixa cicatrizes e feridas nas relações entre os povos igualmente vítimas da exploração e duma guerra injusta. A luta das forças democráticas portuguesas e a solidariedade recíproca entre os nossos povos estão sarando feridas e apagando cicatrizes. Podemos e devemos trabalhar, para que o povo português e os povos que se libertem do colonialismo português reforcem os laços de amizade e que com a libertação se abra uma nova época de cooperação em todos os domínios, baseada no respeito mútuo dos interesses de povos livres e iguais.

Os portugueses vêem com alegria a aproximação do fim do colonialismo português. O colonialismo português tem sido e é, ainda, um factor da dependência de Portugal do imperialismo estrangeiro. A libertação do povo português é inseparável da liberdade dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e outros territórios. O fim do colonialismo português será um factor decisivo para a construção de um Portugal verdadeiramente democrático e independente.

O processo está encetado. Será ainda complexo, irregular e acidentado. Avança, porém, de forma irreversível.

O objectivo será alcançado.

É NECESSÁRIO ANDAR PARA A FRENTE NO MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES E NA SIMULTÂNEA ESTABILIDADE E REANIMAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS.

Há ainda em Portugal muitos baixos salários e muita miséria. Impõe-se melhorar preferencialmente e o mais rapidamente possível a situação dos trabalhadores das categorias mais desfavorecidas, continuando a congelar salários e vencimentos mais elevados ou a permitir neles apenas ligeiros reajustamentos.

Os aumentos de salários e outras reivindicações dos trabalhadores não se podem desligar da situação económica geral, que causa justas apreensões.

Devemos ter bem presente que uma crise económica só às forças reaccionárias e fascistas poderia aproveitar.

Talvez por isso, alguns detentores das alavancas da vida económica e financeira bloqueiam créditos criam gravíssimas dificuldades às pequenas e médias empresas; pretendem encerrar fábricas sob pretexto de falsas falências; despedem operários sem justa causa; paralisam encomendas; e parecem assim querer criar um ambiente de crise económica grave, de agudização dos conflitos sociais, de falta de confiança no Governo Provisório e noutros órgãos do Poder — preparando o terreno propício a manobras e provocações contra-revolucionárias.

Aqueles que assim agem há que dizer: é tempo de porem de lado a esperança do regresso da ditadura fascista, é tempo de se acomodarem à nova situação política, é tempo de compreenderem que o povo português está vigilante e cortará o passo à utilização de armas económicas com o fim de poderem comprometer o caminho para a democracia.

Os trabalhadores têm mostrado a sua alta consciência política e cívica, contribuindo para evitar a eclosão de uma grave crise económica.

É necessário que os grandes grupos económicos e financeiros o façam também.

Ninguém pode exigir que os trabalhadores se disponham a pagar exclusivamente o preço das dificuldades que atravessa a economia nacional.

O grande quinhão a pagar deve ser pago por aqueles mesmos que criam as dificuldades, por aqueles que têm mais recursos e mais proventos.

Trata-se de um princípio de justiça social que estamos certos, merece a aprovação da maioria esmagadora da população portuguesa.

É NECESSÁRIO ANDAR PARA A FRENTE NA VIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA NACIONAL, NA VIA QUE CONDUZIRÁ A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES LIVRES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E A INSTAURAÇÃO DUM REGIME DEMOCRÁTICO.

Isto implica que prossiga o saneamento, que não chegou ainda a muito importantes regiões e sectores da vida nacional e que é necessário que lá chegue com urgência. Implica permanente vigilância para com as manobras de reacção, para com quaisquer novas tentativas de mudar o curso democrático, seja utilizando abertamente armas políticas, seja utilizando armas económicas com fins políticos, seja conspirando com vista a qualquer golpe de força que, estamos certos, a ser tentado (e pensamos que não serão tão loucos que o tentem) custaria de certeza caro aos seus autores.

O caminho para a democracia implica que a institucionalização, que está para breve, de liberdades e direitos dos cidadãos constitua a consagração definitiva e ampla dessas liberdades e direitos e não a sua drástica e antidemocrática restrição. O PCP é claro em relação ao problema da liberdade e da ordem. Uma vez instituídas amplas liberdades, a ordem democrática tem de ser firmemente defendida e não devem ser toleradas violações das leis democráticas.

Mas para isso é necessário que de facto sejam instituídas amplas liberdades.

O exercício das liberdades deve ser tão natural como a vida. Não pode ser compreendido como uma actuação constantemente limitada por coações e ameaças por medidas repressivas. O aparelho do estado deve ser utilizado, não para constrianger as liberdades, mas para garantir o seu exercício.

ABM

É com este objectivo que lutamos para que sejam instituídas amplas liberdades de expressão, de pensamento e de associação e de reunião, bem como a liberdade sindical e o direito à greve — e estamos certos de que o povo nos compreende e nos apoia nesta batalha.

CAMARADAS, COMPANHEIROS.

Assiste-se neste momento a uma violenta e orquestrada campanha dirigida contra o Partido Comunista Português. Não há mentiras e calúnias que não sejam lançadas contra o Partido. E lamentamos verificar que continuam a existir numerosas discriminações para com os membros do nosso Partido.

Todos sabemos que o anticomunismo é uma arma predilecta da reacção e do fascismo. O anticomunismo visa naturalmente o nosso Partido, cuja força e influência, cujo amplo e massivo apoio popular não agrada a certos sectores. Mas visa, também, as outras forças democráticas. A experiência de quase meio século de fascismo mostra que o anticomunismo é uma forma grosseira de luta contra a liberdade, uma forma de preparar ou justificar a repressão contra os democratas em geral.

Uma vez mais declaramos solenemente: o Partido Comunista Português está profundamente empenhado no processo de democratização, no estabelecimento da paz com o respeito do direito dos povos das colónias portuguesas à independência, na realização do Programa do Movimento das Forças Armadas, que culmine na realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte através das quais o povo português escolha livremente o regime social e político em que queira viver.

Pretendemos que não mais o nosso povo seja coagido a aceitar um sistema ou um regime que não deseje. Defendemos que as grandes opções políticas devem ser decididas por via democrática.

Isso implica instituições verdadeiramente democráticas e eleições verdadeiramente livres.

E implica também a participação das massas populares na solução dos grandes problemas nacionais, em todo o processo criador de uma ordem democrática em Portugal.

Seria um erro grave pretender menosprezar a participação das forças democráticas e do movimento popular de massas no processo de democratização.

Se, na actual situação política, este processo é impossível sem o Movimento das Forças Armadas, impossível seria também sem a participação activa e criadora das massas populares.

O movimento popular tem a sua força própria e não pode ser considerado como simples força de apoio.

O movimento popular é uma das componentes essenciais do processo de democratização da vida política portuguesa.

Estamos aqui para manifestar o apoio do movimento democrático e popular ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório, para expressar o profundo regozijo do nosso povo pela participação no Governo dos heróicos e destacados dirigentes do 25 de Abril.

Somos fiéis a uma política de unidade com as outras forças democráticas, de aliança com as Forças Armadas e pensamos que tal unidade e tal aliança são para hoje e podem e dever ser também para amanhã, para a construção de um Portugal democrático, pacífico, próspero e verdadeiramente independente.

Se nos mantivermos unidos não há forças capazes de impedir que seja levada a bom termo a realização das tarefas a que nos propomos.

Se nos mantivermos unidos, a vitória final está assegurada.

Viva a unidade das forças democráticas e a unidade das massas populares!

Viva a aliança do povo com as Forças Armadas!

Viva o heróico Movimento das Forças Armadas!

Viva o Governo Provisório!

Viva Portugal democrático, pacífico e independente!